

SAÚDE

Conduta ética na saúde é urgente e deve incluir pacientes, alertam consultores

Compliance foi tema de debate no Rio de Janeiro

POR O GLOBO

13/06/2017



Bernardo Lemos (à direita) fala ao lado de Gilberto Ururahy e Christiana Souto - **Gabriel de Paiva / Agência O Globo**

RIO - O setor de saúde tem diversos fatores de risco ligados à questão ética: uma cadeia de atores complexa, um mercado altamente regulado e uma relação muito próxima com agentes públicos. Essa condição já se manifestou em sintomas preocupantes como a Máfia das Próteses e a Operação Fatura Exposta, que revelaram esquemas de corrupção embrenhados no setor. Mas, felizmente, há tratamentos emergindo: no âmbito das empresas, eles fazem parte de programas

de compliance, tema de debate realizado nesta terça-feira pela Med-Rio Check-Up e pelo escritório Siqueira Castro Advogados.

No evento, realizado na Câmara de Comércio França-Brasil, no Rio de Janeiro, representantes das consultorias internacionais McKinsey & Company, KPMG Internacional e Ernst & Young reconheceram que o cenário político do país, representado principalmente pelas revelações da Operação Lava-Jato, tem levado a mudanças de paradigmas no setor de saúde no que diz respeito à ética.

Gilberto Ururahy, diretor-médico da Med-Rio Check-UP — pioneira entre as clínicas no Rio de Janeiro no lançamento de um Código de Conduta, em 2016 — lembra que a ética e a transparência perpassam questões tão cotidianas do setor como a concessão de atestados médicos e a relação com fornecedores. Em meio a esta rotina, porém, há um fator sem preço: a vida.

— Compliance é sinônimo de ética e transparência e é uma realidade que será disseminada nesse meio — afirma Ururahy. — Toda vez que um serviço de saúde é contratado, ele tem que ser muito bem conhecido por quem o contrata. É preciso saber, por exemplo, o currículo do médico e se o equipamento é aferido regularmente e passa por uma central de esterilização. São coisas básicas que a gente não observa na prática.

RESPONSABILIDADE TAMBÉM DO PACIENTE



Marina Mantoan, da Ernst & Young, também participou do debate - **Gabriel de Paiva / Agência O Globo**

Christiana Souto, representante da McKinsey & Company no evento, propôs também uma reflexão sobre o papel do paciente na conduta ética em saúde. Ela apresentou iniciativas ao redor do mundo que estimulam a educação e o engajamento dos usuários destes serviços em um uso mais sustentável dos recursos. Uma dessas iniciativas é o Vitality, um seguro de saúde na Inglaterra que dá pontuações e benefícios aos usuários que mantêm um estilo de vida saudável.

— O que os debates sobre o Obamacare, ou sobre o NHS [Serviço Nacional de Saúde da Inglaterra] estão mostrando é que a sustentabilidade financeira na saúde é uma demanda geral. No Brasil, os serviços de saúde são usados em uma média superior a outros países — alertou Christiana, citando dados que mostram um volume alto de ressonâncias magnéticas e cirurgias plásticas feitas no país.

No que diz respeito à adesão de empresas do setor — farmacêuticas, clínicas, hospitais, seguradoras e laboratórios — a programas de compliance, Bernardo Lemos, sócio-diretor da KPMG, apresentou um levantamento da consultoria de 2016 deste cenário. Em indicadores como o gerenciamento de canais de denúncias e a revisão de multas e passivos gerados por não conformidades, o setor apresentou alguns avanços em relação a outros tipos de empresa:

— As principais iniciativas estão sendo endereçadas, mas o setor de saúde é muito específico e precisa de profissionais altamente especializados. Por outro lado, encontramos alguns atores que não têm conduta ética, e isso prejudica toda a cadeia — apontou Lemos.

LEGISLAÇÃO DE 2013

Segundo Leonardo Cotta Pereira, membro da Câmara de Comércio e Indústria França-Brasil e advogado do escritório Siqueira Castro, a criação de programas de compliance no Brasil tem como motor a Lei Anticorrupção, de 2013, e, mais recentemente, investigações de esquemas de corrupção no país.

— Estes mecanismos que também conseguem detectar outros riscos além da corrupção: por exemplo, no direito concorrencial — aponta Cotta Pereira. — Compliance é transparência, é governança corporativa.

Já Marina Mantoan, da Ernst & Young, destacou que os programas de compliance são também um investimento:

— Tudo isto tem que ser feito com a alta administração: não adianta ter uma só gerência preocupada com estas ações. Isto é custoso para a empresa, mas muito maior é o custo de uma investigação ou algum tipo de dano para a imagem. Temos começar a entender que estes são investimentos.